

**EVOLUÇÃO DO DIREITO PENAL
ARTIGO CIÊNTÍFICO DO COMANDO DA ACADEMIA DA POLÍCIA MILITAR DE
GOIÁS – CAPM**

EVOLUTION OF CRIMINAL LAW
SCIENTIFIC ARTICLE OF THE COMMAND OF THE ACADEMY OF THE MILITARY
POLICE OF GOIÁS - CAPM

MONTES, Tomaz de Araújo ¹
NASCIMENTO, Edinísio ²

RESUMO

Entre 1980 e 2010, houve 1 milhão de homicídios no Brasil. Aumentos dramáticos nas taxas de homicídio acompanharam aumentos na desigualdade, mais homens jovens na população, maior disponibilidade de armas de fogo e aumento do uso de drogas. No entanto, a legislação de desarmamento pode ter ajudado a reduzir as taxas de homicídio nos últimos anos. Apesar de sua taxa muito alta de violência letal, o Brasil parece ter níveis similares de vitimização criminosa geral como vários outros países da América Latina e da América do Norte. O Brasil tem taxas mais baixas de uso de drogas em comparação com outros países, como os Estados Unidos, mas a prevalência do uso de drogas juvenil no Brasil aumentou substancialmente nos últimos anos. Desde 1990, o crescimento da população carcerária brasileira tem sido enorme, resultando na quarta maior população carcerária do mundo.

Palavras-chave: Crime. Brasil. Evolução. Violência. Legislação.

ABSTRACT

Between 1980 and 2010, there were 1 million homicides in Brazil. Dramatic increases in homicide rates increase the effects on inequality, more youth in the population, greater availability of firearms, and increased use of drugs. However, disarmament legislation may have helped reduce homicide rates in recent years. Despite its very high rate of lethal violence, Brazil seems to have resembled this with other countries in Latin America and North America. Brazil has lower rates of drug use compared to other countries, such as the United States, but the prevalence of youth drug use in Brazil has increased strongly in recent years. Since 1990, the growth of the Brazilian prison population has been enormous, resulting in the fourth largest prison population in the world.

Keywords: Crime. Brazil. Evolution. Violence. Legislation.

¹ Aluno do curso de formação de praças do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, laecio.vhzoiz@hotmail.com; Novo Gama, Maio de 2018;

² Professor orientador: Especialista Professor do programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás - CAPM, edinisionascimento@email.com, Guapó – Go, Maio de 2018.

1 INTRODUÇÃO

Em 2008, 535.000 pessoas morreram por homicídio em todo o mundo e 95% dessas mortes ocorreram em países de baixa e média renda (LMIC) (World Health Organization, 2012). Criminologistas líderes têm defendido uma pesquisa mais globalizada sobre crime e violência (Farrington, 2000; Laub & Lauritsen, 1993). No entanto, os programas de pesquisa continuam a se concentrar quase exclusivamente em países de alta renda. Em uma revisão dos mais importantes estudos longitudinais em criminologia (Farrington & Welsh, 2007), apenas dois foram identificados na LMIC: na Maurícia (Raine, Reynolds, Venables, Mednick, & Farrington, 1998) e China (Taylor, Friday, Ren , Weitekamp, & Kerner, 2004). O restante foi realizado na América do Norte (20 estudos), no norte da Europa (11 estudos) e na Australásia (4 estudos). Informações básicas são muitas vezes difíceis de obter sobre a prevalência e correlatos de crime em LMIC. Neste artigo, revisamos evidências epidemiológicas sobre crime e violência no Brasil, um país de renda média com uma taxa de homicídios extremamente alta.

O Brasil tem a quinta maior população do mundo: 197 milhões de pessoas (Banco Mundial, 2012b), 30% dos quais com menos de 18 anos (Unicef, 2012). Embora a renda nacional bruta do Brasil não seja baixa (US \$ 11.500 per capita em 2011, World Bank, 2012a), ela persistentemente tem uma das maiores taxas de desigualdade do mundo: seu índice GINI 2012 (51,9) foi o 16º maior de 136 países em todo o mundo (os Estados Unidos ocupam a 42ª posição e o Reino Unido ocupa a 91ª posição) (Central Intelligence Agency, 2013). Em 2009, o quinto mais pobre da população recebia apenas 2,9% da renda do país, comparado aos 58,6% recebidos pelo quinto mais rico (Banco Mundial, 2012c).). No mesmo ano, 10,9% da população do país era pobre (vivendo com menos de US \$ 2 por dia; Banco Mundial, 2012c). No entanto, houve avanços consideráveis nos resultados de saúde no Brasil nas últimas décadas: entre 1975 e 2007, a mortalidade infantil diminuiu de 114 para 19 (por mil nascidos vivos) e a expectativa de vida aumentou de 52 para 73 anos entre 1975 e 2008 (Paim, Travassos, Almeida, Bahia e Macinko, 2011). O acesso à educação também aumentou substancialmente: a proporção de pessoas com sete ou mais anos de educação formal aumentou de 19% para 47% entre 1976

e 2008 (Paim et al., 2011).). No entanto, ocupando a 85ª posição dentre 187 países no Índice de Desenvolvimento Humano em 2011 (este índice combina indicadores de expectativa de vida, escolaridade e renda nacional; Nações Unidas, 2012), o Brasil ainda tem desafios consideráveis para atender às necessidades de educação da população, cuidados de saúde e rendimento.

A violência se tornou um grande problema de saúde pública no Brasil. A partir da década de 1930, as doenças infecciosas representaram uma proporção cada vez menor de mortes, enquanto as mortes causadas pela violência aumentaram constantemente (Barreto et al., 2011). Em 2007, 12,5% de todas as mortes foram causadas por violência, principalmente entre homens jovens (Reichenheim et al., 2011). Entre 1997 e 2007, a população carcerária no Brasil cresceu mais rapidamente do que qualquer outro país americano (Walmsley, 2010). Em 2011, um total de 515.000 indivíduos foram encarcerados no Brasil (270 por 100.000 habitantes, Ministério da Justiça, 2012), correspondendo à quarta maior população prisional do mundo depois dos Estados Unidos, China e Rússia (International Center for Prison Studies, 2012).

Os custos sociais e econômicos do crime e da violência no Brasil são grandes. Lesões (Gawryszewski & Rodrigues, 2006), medo (Cardia, 2012) e problemas de saúde psicológica (Andrade et al., 2012; Lopes, Faerstein, Chor e Werneck, 2008) têm impactos profundos na qualidade de vida dos indivíduos. Custos sociais mais amplos, incluindo gastos com saúde e segurança pública e privada, podem ser expressos como uma porcentagem do produto interno bruto (PIB). Somando os gastos com a polícia, prisões, segurança privada, saúde pública e perda de capital humano (de mortes prematuras causadas por violência) e perda pessoal de roubo e furto, o custo total do crime no Brasil foi estimado em R \$ 92 bilhões. 2004, ou 5,1% do PIB (Cerqueira, Carvalho, Lobão e Rodrigues, 2007). Os custos de capital humano só com homicídios foram iguais a 2,3% do PIB em 2007 (Cerqueira, 2010).

De acordo com o marco do Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (Organização Mundial da Saúde, 2002) os primeiros passos necessários para a prevenção da violência são: (i) coleta de conhecimento básico quanto possível sobre a magnitude e natureza do problema, e (ii) pesquisa identificando causas e correlatos de violência que podem ser modificados através de intervenções. Dado

seu contexto econômico, cultural e social, é possível que os fatores de risco para o crime identificados em outros contextos tenham efeitos diferentes no Brasil, e isso requer testes empíricos (Rutter, 1999). Por exemplo, Villarreal e Silva (2006) encontraram um *positivo* associação entre níveis de coesão social de bairro e taxas de criminalidade no Brasil urbano, embora a relação seja geralmente *negativa* nos Estados Unidos. A associação positiva no Brasil pode surgir porque a sobrevivência dos assentamentos urbanos pobres depende da organização dos habitantes para evitar que os governos os removam, assim como os habitantes compartilham histórias de migração do campo e dependem uns dos outros para sobreviver no setor informal. proteger empregos e construir casas (Villarreal & Silva, 2006). Portanto, embora os bairros pobres no Brasil tenham altas taxas de criminalidade, eles tendem a ter níveis anormalmente altos de coesão social, ao contrário da América do Norte. Como mostra este exemplo, não se pode presumir que os correlatos de crime identificados em países de alta renda serão replicados no Brasil.

As estatísticas de homicídios são provavelmente os dados mais confiáveis sobre violência no Brasil e são um recurso fundamental para o debate público sobre a prevenção da violência. Embora exista uma correlação geral entre os níveis de violência (incluindo homicídio) e outros tipos de crime (Eisner, 2002), é possível que as nações com altas taxas de homicídio tenham taxas médias ou baixas de criminalidade e vice-versa (Savolainen, Lehti & Kivivuori, 2008; Zimring & Hawkins, 1999). Portanto, além de examinar taxas e tendências de homicídio no Brasil, revisamos sistematicamente as evidências sobre crimes e violência não letais. Dado que as discussões sobre os correlatos de nível macro do crime no Brasil estão disponíveis em outros lugares (por exemplo, Cerqueira, 2010; Villarreal & Silva, 2006);), focamos nossa revisão nos fatores de risco para o comportamento criminal medidos no nível individual. Para uma discussão geral útil sobre criminologia no Brasil, ver Rodrigues (2011).

Esse trabalho será realizado através de uma revisão bibliográfica com a aglutinação de conhecimentos referentes ao tema proposto nesse trabalho.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O direito penal e o sistema de justiça criminal evoluíram ao longo de um período de milhares de anos. Da recusa de Pontius Pilatos a crucificar Jesus Cristo para o sensacional julgamento de Watergate do presidente Richard Nixon, o direito penal evoluiu significativamente nos últimos 2.000 anos.

O tribalismo estabeleceu um compromisso com a própria tribo, terra e amigos, enquanto a introdução do feudalismo desenvolveu uma sociedade que não possuía o conforto inicial de recursos fornecido pelas comunidades tribais.

A era do Iluminismo descobriu um método de pensamento diferente que procurou entender por que as pessoas apresentavam comportamento criminoso. O estabelecimento de códigos penais e de um sistema de justiça juvenil durante o 19^o século mudou a face do crime e do sistema de justiça criminal.

O direito penal nos primeiros tempos foi o resultado de uma mudança do tribalismo - lealdade para uma tribo ou amigos - para o feudalismo - uma estrutura social voltada para a propriedade da terra em troca do trabalho. Na Inglaterra, durante o 2^o século aC, a primeira prisão apareceu resultante de uma maior utilização de sistemas de júri julgamento e o royalty estabeleceu prisões para abrigar indivíduos retidos por violações criminais. Os sistemas de prisão precoce permitiram que os plebeus observassem e provocassem os infratores. Além disso, as necessidades, como alimentos ou roupas, exigiam o pagamento do infrator; se eles não pudessem pagar esses itens, eles foram sem eles.

O declínio do feudalismo levou a uma revisão do sistema de justiça durante os séculos 16 e 17. As autoridades de justiça criminal moveram-se para punir o acusado bloqueando os infratores e forçando-os a trabalhar. Apesar das condições difíceis, os carcereiros e as autoridades procuraram incorporar métodos de reabilitação, fornecendo as habilidades necessárias para obter trabalho através do trabalho forçado. Isso espero mudar a situação de um acusado.

O aumento da atividade mercantil na Inglaterra levou à resolução de disputas usando um processo de cobrança criminal.

A escravidão da galeria envolveu a reunião de vagabundos e ladrões das ruas e o forçamento de indivíduos na servidão vitalícia.

Os Estados Unidos devem muitos dos seus primeiros processos legais à Inglaterra. O Iluminismo - um grande movimento intelectual - estimulou a mudança

na forma como as pessoas examinavam o comportamento humano. Durante o final do 18^o século, o que consideramos teoria criminológica clássica totalmente desenvolvido. Nos Estados Unidos, os colonos usaram a religião como base para a compreensão do crime. Além disso, a escravidão contribuiu significativamente para a evolução do direito penal.

Os castigos corporais eram proeminentes, embora as pessoas começassem a implementar punições que "se encaixam no crime". A democracia e o capitalismo aumentaram e os status econômicos e demográficos dos cidadãos diários começaram a mudar, à medida que a América se tornou seu próprio país. Além disso, a igreja e a religião começaram a ter menos controle informal sobre a forma como os cidadãos realizaram suas vidas. Conseqüentemente, a introdução de um novo sistema criminal era necessária.

As forças policiais para a nova república não foram criadas durante a Convenção Constitucional na Pensilvânia em 1787.

Os colonos tratavam o crime como pecado, mas isso mudou quando a nova república surgiu.

Desde meados do século 19, nos Estados Unidos, o sistema de justiça evoluiu usando códigos e práticas jurídicas estabelecidas. As leis de Jim Crow estabeleceram um método para reconciliar a escravidão do passado. O país começou a confiar significativamente nos procedimentos de justiça criminal.

Hoje, mais de seis milhões de pessoas receberam medidas de reabilitação, incluindo encarceramento, por crimes, incluindo pequenos roubos, abuso de drogas e assassinatos. A "guerra contra as drogas" de hoje causa o encarceramento de juvenis e adultos. Os profissionais de justiça criminal insistem em que o encarceramento não alterará o comportamento da droga. Hoje, cidadãos e especialistas em justiça criminal consideram os benefícios de um sistema de justiça criminal que não inclui um componente punitivo para tipos específicos de crime.

Estimativas da população nacional para 1980–2010 (usadas para expressar taxas de criminalidade em termos de 100.000 pessoas) foram retiradas do Departamento de Informações de Saúde Pública (DATASUS) do Brasil. As contagens populacionais entre 1980 e 2010 são baseadas em censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1980, 1991, 1996, 2000 e 2010, com anos de intervenção imputados usando estratificações de idade e sexo.

Utilizamos dados sobre homicídios do Sistema Brasileiro de Registro de Óbito (SIM), mantido pelo Ministério da Saúde (Ministério da Saúde). Os dados foram extraídos do Departamento de Informação em Saúde Pública (DATASUS). Esta é amplamente considerada como a fonte de informação mais confiável sobre homicídios no Brasil, embora mortes não registradas e mortes com causas desconhecidas ainda sejam problemáticas (Cerqueira, 2012; de Souza, de Lima, & Bezerra, 2010). Para os anos 1979-1995, todas as mortes com os códigos E960-E969 na Classificação Internacional de Doenças 9ª Edição (CID-9) foram contadas como homicídios. Para os anos de 1996-2010, todas as mortes com os códigos X85 a Y09 e Y87.1 na CID-10 foram contadas como homicídios. Isto corresponde à codificação de mortes violentas na atualização de 2004 da Global Burden Disease (Organização Mundial da Saúde, 2008). Também relatamos taxas estimadas de homicídio que explicam as mortes por causas externas que têm intenção desconhecida. Essas estimativas são baseadas em modelos da probabilidade de que mortes violentas com intenção desconhecida (que são altas em alguns estados brasileiros) sejam realmente homicídios, levando em conta características individuais registradas e aspectos situacionais da morte (ver Cerqueira, 2012 , para detalhes metodológicos). .

O Sistema Brasileiro de Informação sobre Hospitais Públicos (SIH-SUS) mantém dados sobre internações em hospitais públicos no Brasil, com causas de internação codificadas usando a CID-9 até 1996 e utilizando a CID-10 posteriormente. Examinamos as taxas de internações hospitalares causadas por violência que não resultam em morte hospitalar por 100.000 pessoas. As admissões causadas por violência foram identificadas como códigos Cd9-E960-E969 e códigos CID-10 de X85 a Y09. Idealmente, dados sobre o tratamento relacionado à violência em departamentos de emergência hospitalar também seriam usados para examinar as taxas de violência no Brasil. No entanto, os sistemas de informação do departamento de emergência brasileiro são atualmente inadequados para fornecer dados nacionais abrangentes (Gawryszewski et al., 2008).

Dados da força policial estadual sobre o número de crimes e delinquentes são compilados para produzir estatísticas nacionais pela Secretaria de Segurança Pública do Ministério da Justiça. No entanto, muitos estados fornecem dados muito incompletos. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de

Segurança Pública, 2011)) classifica cada estado como tendo dados de baixa, média ou alta qualidade, de acordo com a extensão de sua cobertura de dados e a proporção de mortes com causas indeterminadas. Examinamos estatísticas para todos os estados e separadamente para os estados classificados como tendo dados de alta qualidade. Os dados sobre o número de infratores registrados pela polícia no Brasil em 2009 foram fornecidos pelo Ministério da Justiça do Brasil (Secretaria de Segurança Pública, Ministério da Justiça, comunicação pessoal, 2011).

O Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça coleta informações sobre prisões estaduais para produzir estatísticas nacionais sobre o número de pessoas encarceradas em prisões para adultos, crimes cometidos pela população encarcerada e dados demográficos básicos sobre a população carcerária. população.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As principais conclusões desta análise sobre crime e violência no Brasil são as seguintes. Houve um enorme aumento de homicídios no Brasil nas últimas três décadas. O Brasil tem os anos mais altos de vida perdidos pela violência de qualquer estado membro da OMS. Vítimas de homicídio no Brasil são mais jovens, homens e negros. As tendências de tempo na vitimização criminosa não letal são complexas: dados de admissão hospitalar sugerem um declínio na grave agressão não letal nas últimas duas décadas, mas relataram que a agressão física aumentou entre 1988 e 2009, assim como roubo e furto. O Brasil parece ter níveis similares de vitimização criminal geral, como vários outros países da América Latina e da América do Norte, mas taxas mais altas do que a Espanha. O número de jovens e adultos encarcerados no Brasil cresceu substancialmente nas duas últimas décadas. Contudo, os dados da justiça criminal brasileira não fornecem uma análise detalhada do fluxo de criminosos através do sistema. Os estudos sobre autor relatos são incipientes no Brasil, mas indicam níveis bastante altos de ofensas entre os estudantes da escola. Pesquisas nacionais sugerem taxas mais baixas de uso de drogas no Brasil em comparação com outros países, como os Estados Unidos, mas

há evidências de aumentos significativos no consumo de drogas entre os jovens brasileiros nos últimos anos. Os fatores de risco individuais e familiares para o crime identificados no Brasil são semelhantes aos dos países de alta renda. Pesquisas nacionais sugerem taxas mais baixas de uso de drogas no Brasil em comparação com outros países, como os Estados Unidos, mas há evidências de aumentos significativos no consumo de drogas entre os jovens brasileiros nos últimos anos. Os fatores de risco individuais e familiares para o crime identificados no Brasil são semelhantes aos dos países de alta renda. Pesquisas nacionais sugerem taxas mais baixas de uso de drogas no Brasil em comparação com outros países, como os Estados Unidos, mas há evidências de aumentos significativos no consumo de drogas entre os jovens brasileiros nos últimos anos. Os fatores de risco individuais e familiares para o crime identificados no Brasil são semelhantes aos dos países de alta renda.

As taxas de homicídio no Brasil são historicamente altas: 26,2 por 100.000 pessoas em 2010, comparado a uma média estimada de 19 por 100.000 na Europa no século XVI (Eisner, 2003) e 7,9 em todo o mundo em 2008. O número de homicídios no Brasil entre 1997 e 2007 foram mais do que o número de mortes em numerosas guerras recentes e guerras civis em outros países (Waiselfisz, 2010, p. 145).

Muitas causas possíveis da alta taxa de homicídios no Brasil foram consideradas na literatura. Imbusch, Misse e Carrión (2011) discutem o contexto histórico na América Latina, incluindo as culturas dos maias, incas e astecas, colonização por portugueses e espanhóis, escravidão, ditaduras militares e transições para a democracia no contexto de instabilidade econômica. no final do século XX. Eles sugerem que o aumento das taxas de homicídio no Brasil desde a democratização na década de 1980 foi causado por uma combinação de aumento da desigualdade, urbanização desorganizada, disponibilidade de armas de fogo, fracas instituições sociais e tráfico de drogas, além de características culturais e uma democracia que garante direitos políticos, mas não direitos sociais. Briceno-Leon, Villaveces e Concha-Eastman (2008) também enfatizam a importância do aumento da desigualdade em muitos países da América Latina durante os anos 80, assim como o aumento do desemprego juvenil, aumento das aspirações dos consumidores e perda dos mecanismos tradicionais de controle social. - particularmente dentro das

instituições familiares e religiosas. Reichenheim et al. (2011) também citam questões de conflitos de terra, guerras entre gangues, violência policial e um crescimento sem precedentes na população jovem após o “baby boom” nos anos 1960 (ver também Peres et al., 2011).

Provavelmente, a análise empírica mais abrangente das tendências de homicídios no Brasil foi realizada por Cerqueira (2010).. Ele desenvolveu sete indicadores nacionais de mudanças socioeconômicas entre 1980 e 2007 e os relacionou com as tendências de homicídios ao longo desses anos. Os sete indicadores foram: renda nacional, níveis de desigualdade (índice de Gini), proporção de jovens do sexo masculino (15-24 anos de idade) na população, disponibilidade de armas de fogo, uso de drogas ilegais, número de policiais e taxas de encarceramento. Mudanças nessas variáveis explicaram cerca de dois terços da variação nas taxas de homicídio entre 1980 e 2007. Os fatores mais importantes que explicam os aumentos de homicídios nos anos 80 foram o crescimento da desigualdade, o aumento da disponibilidade de armas e o aumento do uso de drogas. Durante a década de 1990, em que as rendas geralmente aumentaram no Brasil, os aumentos nas taxas de homicídio não foram explicados por fatores socioeconômicos, mas sim pelo aumento da proporção de homens jovens na população (muitos dos quais estavam desempregados) e a proliferação de armas de fogo (coincidindo com um enorme crescimento na indústria de segurança privada). Entre 2001 e 2007, as taxas de homicídio no Brasil diminuíram em linha com as reduções na desigualdade, aumentos na renda, uma proporção menor de jovens do sexo masculino na população e aumentos nas taxas de encarceramento.

Além disso, em 2003, a legislação nacional no Brasil criminalizou a posse de armas não registradas e o porte de armas nas ruas, aumentou o tempo de prisão por violações das leis de armas de fogo e restringiu ainda mais a importação de armas de fogo. O declínio nas taxas de homicídio depois de 2003 provocou algum otimismo sobre os efeitos dessa legislação (Cerqueira, 2010; de Souza, Macinko, Alencar, Malta, & Neto, 2007). No entanto, a redução geral na mortalidade por armas de fogo no Brasil entre 2003 e 2004 refletiu principalmente uma queda muito acentuada nos homicídios no estado de São Paulo, que responde por cerca de 25% das mortes nacionais por armas de fogo (Goertzel & Kahn, 2009). Em outros estados, as taxas de morte por arma de fogo aumentaram de 2003 para 2004,

levando Goertzel e Kahn (2009, p. 405).sugerir que “o fator mais importante não parece ser a aprovação da legislação nacional [de desarmamento], mas o vigor com que a legislação é aplicada em nível estadual”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma conclusão chave desta revisão é que há uma grande necessidade de coleta de dados mais sistemática sobre crime e violência no Brasil. Em particular, o registro policial de delitos e ofensores precisa ser realizado sistematicamente em todo o país e registros compilados nacionalmente para monitorar o número de crimes e ofensores registrados oficialmente e as características dos infratores no Brasil. Progresso está sendo feito para monitorar as lesões apresentadas nos departamentos de emergência dos hospitais públicos brasileiros (Malta et al., 2012). Se todos os hospitais participassem de tal sistema, isso forneceria informações adicionais inestimáveis sobre a violência no Brasil, e os dados resultantes poderiam ser usados em colaboração com a polícia como parte dos programas de prevenção da violência (Shepherd, 2007).

Há também uma necessidade urgente de montar pesquisas nacionais regulares de vitimização no Brasil para fornecer estimativas confiáveis da frequência do crime e tendências temporais que possam ser comparadas com as estatísticas oficiais e com outros países. Em 2010, o Brasil realizou sua primeira pesquisa nacional de vitimização usando o instrumento padronizado da Pesquisa Internacional de Vitimização de Crimes (resultados ainda não disponíveis). Dado que a redução da violência é um dos principais desafios que o Brasil enfrenta atualmente, é imperativo continuar coletando essas informações básicas para monitorar o progresso alcançado. Dados de vitimização melhorados também devem ser complementados por pesquisas em larga escala sobre a delinquência autor referida, idealmente como parte dos Estudos de Inadimplência Internacional Auto-relatados. Estudos longitudinais devem ser realizados para examinar fatores de risco para o crime desde a infância. Batty, Alves, Correia e Lawlor, 2007). Embora os problemas de saúde pública tenham sido e continuem a ser grandes desafios, os enormes custos do crime e da violência também exigem investimentos em pesquisas

longitudinais sobre esses temas no Brasil e em outros países de baixa e média renda.

REFERÊNCIAS

Abramovay M. Vitimização nas escolas: Clima escolar, roubos e agressões físicas. 2012. <http://www.miriamabramovay.com/site/> Retirado 5 de março de 2018, de.

Abramovay M., Rua MdG [Vida escolar cotidiana: entre a violência]. UNESCO Brasil; Brasília: 2006. Cotidiano das escolas: Entre violências.

Andrade LH, Wang Y.-P., Andreoni S., Silveira CM, Alexandrino-Silva C., Siu ER Transtornos mentais em megacidades: achados do estudo de saúde mental em megacidades de São Paulo, Brasil. PLoS One. 2012; 7 (2): e31879. [PubMed]

Assis SG, Avanci JQ, Santos NC, Malaquias JV, Oliveira RVC Violência e representação social na adolescência no Brasil. Violência e representação social em adolescentes no Brasil Revista Panamericana de Salud Pública. 2004; 16 (1): 43–51. [PubMed]

Avanci JQ, Assis SG, Oliveira RVC, Ferreira RM, Pesce RP Fatores associados aos problemas de saúde mental em adolescentes. Fatores associados a problemas de saúde mental em adolescentes Psicologia: Teoria e Pesquisa. 2007; 23 (3): 287-294.

Baggio L., Palazzo LS, Aerts DRGDC Planejamento de suicídio entre adolescentes escolares: Prevalência e fatores associados. Cadernos de Saúde Pública. 2009; 25 (1): 142-150. [PubMed]

Barreto ML, Teixeira MG, Bastos FI, Ximenes RAA, Barata RB, Rodrigues LC Sucessos e falhas no controle de doenças infecciosas no Brasil: contexto socioambiental, políticas, intervenções e necessidades de pesquisa. Lanceta. 2011; 377 (9780): 1877-1889. [PubMed]

Batty GD, Alves JG, Correia J., Lawlor DA Examinando as influências do curso da vida em doenças crônicas: A importância de estudos de coorte de nascimento de

países de baixa e média renda. Uma visão geral. *Revista Brasileira de Pesquisa Médica e Biológica*. 2007; 40 (9): 1277-1286. [PubMed]

Briceno-Leon R., Villaveces A., Concha-Eastman A. Compreender a distribuição desigual da incidência de homicídio na América Latina. *Revista Internacional de Epidemiologia*. 2008; 37 (4): 751-757. [PubMed]

Caicedo B., Gonçalves H., González DA, Victora CG Delinquência violenta em uma coorte de nascimento brasileira: Os papéis da amamentação, pobreza precoce e fatores demográficos. *Epidemiologia Pediátrica e Perinatal*. 2010; 24 (1): 12-23. [PubMed]

Cardia N. [Pesquisa nacional por amostragem domiciliar sobre atitudes, normas culturais e valores em relação às violações de direitos humanos e violência: um estudo em 11 capitais de estados]. Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo; São Paulo, SP, Brasil: 2012. Pesquisa nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais e valores em relação aos direitos humanos e violência: Um estudo em 11 capitais de estado.

Carlini EA, Galduróz JCF, Silva AAB, Noto AR, Fonseca AM, Carlini CM [II Pesquisa domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: Estudo incluindo as 108 maiores cidades do país: 2005]. Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas (Universidade Federal de São Paulo); São Paulo, SP, Brasil: 2006. II levantamento domiciliário sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: Estudo sobre as 108 cidades do país: 2005.

Carlini-Cotrim B., Gazal-Carvalho C., Gouveia N. Comportamentos de saúde entre jovens estudam as redes públicas e privadas da área metropolitana do Estado de São Paulo. Comportamentos de saúde entre estudantes de escolas públicas e privadas de São Paulo, Brasil *Revista de Saúde Pública*. 2000; 34 (6): 636-645. [PubMed]

Cerqueira DRC [Causas e conseqüências do crime no Brasil]. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro, RJ, Brasil: 2010. Causas e conseqüências do crime no Brasil. Ph. D.

Cerqueira DRC Mortes violências não explicitadas e impunidade no Rio de Janeiro. Óbitos violentos não classificados e impunidade no Rio de Janeiro . 2012; 16 (2): 201-235.

Cerqueira RDC, Carvalho AXY, Lobão W., Rodrigues RI [Análise dos custos e conseqüências da violência no Brasil]. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Brasília, DF, Brasil: 2007. Análise de Custos e Consequências da Violência no Brasil.

Cohen P. Riscos da infância para adultos jovens sintomas de transtorno de personalidade: Método e substância. Pesquisa Comportamental Multivariada. 1996; 31 (1): 121-148. da Silva RA, Jansen K., Godoy RV, Souza LDM, Horta BL, Pinheiro R Prevalência e os fatores associados a porte e o envolvimento em adolescentes de 15 a 18 anos: Estudo de base populacional. Prevalência de porte de armas e fatores associados e envolvimento em agressão física em adolescentes de 15 a 18 anos: estudo de base populacional Cadernos de Saúde Pública. 2009; 25 (12): 2737-2745. [PubMed]